Análise à evolução da utilização e despesa, de 2009 a 2018

# Medicamentos para Diabetes Mellitus em Portugal

Cláudia Furtado e Elisabete Fernandes Direção de Informação e Planeamento Estratégico do Infarmed



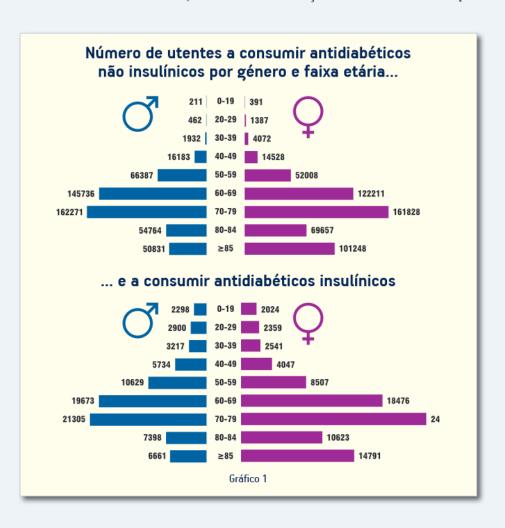
aumento da prevalência da Diabetes Mellitus e os custos diretos e indiretos associados a esta doença e às complicações que dela decorrem constituem uma preocupação de âmbito internacional. Em Portugal, a prevalência da Diabetes Mellitus aumentou nas últimas décadas, decorrente dos estilos de vida, mas também do aumento da esperança de vida. De acordo com a publicação "Retrato da Saúde 2018", a Diabetes Mellitus afecta 10% da população portuguesa entre os 25 e os 74 anos, sobretudo os homens e os grupos etários com mais idade: 23.8% dos indivíduos entre os 65 e os 74 anos.

Neste contexto observa-se em Portugal um aumento da utilização dos medicamentos para o controlo da Diabetes Mellitus, que decorre de um maior número de doentes em tratamento, da introdução de novas classes terapêuticas e, nalguns casos, de uma possível intensificação da terapêutica.

Por este motivo o Infarmed tem vindo a acompanhar a evolução da utilização dos medicamentos para o controlo da Diabetes Mellitus. Com esta análise pretende dar-se a conhecer a evolução da utilização e a despesa com os medicamentos antidiabéticos no SNS em Portugal no período entre 2009 e 2018, analisar a evolução do padrão de utilização e despesa com as várias classes terapêuticas. Para o efeito utilizaram-se os dados referentes aos medicamentos antidiabéticos não insulínicos insulinas, prescritos e dispensados com comparticipação pelo Serviço Nacional de Saúde entre 2009 e 2018.

A caracterização dos utentes foi efetuada através da contagem do número de utentes que adquiriu, pelo menos, uma embalagem de medicamentos para controlo da Diabetes Mellitus (insulinas ou antidiabéticos não insulínicos), desagregados por género e faixa etária.

A utilização foi expressa pela Dose Diária Definida (DDD) por 1000 habitantes/Dia (DHD), tendo as DDD sido atribuídas em função da classificação ATC de 2019. Sempre



que não existia uma DDD atribuída, nomeadamente nas associações fixas, foi utilizada a posologia média diária (PMD) para a indicação principal.

A evolução da despesa foi analisada com base nos encargos do SNS, uma vez que os antidiabéticos não insulínicos são comparticipados pelo Escalão A e as insulinas têm uma comparticipação a 100%.

#### Utilização

De acordo com os dados analisados, em 2018 cerca de 1,2 milhões de utentes em Portugal adquiriram pelo menos uma embalagem de medicamentos para controlo da Diabetes Mellitus (insulinas ou antidiabéticos não insulínicos). A terapêutica com medicamentos antidiabéticos não insulínicos é mais prevalente (86%) do que a terapêutica com insulina (14%), em linha com a maior proporção de doentes com Diabetes Mellitus tipo 2 em Portugal.

A distribuição por género dos doentes que utilizam medicamentos antidiabéticos não insulínicos demonstra um maior número de utilizadores entre as mulheres (51%). No que se refere à distribuição por faixa etária, a utilização é mais preponderante entre os 60 e os

79 anos. Em relação à utilização de insulina, embora o número de utentes seja inferior, segue a mesma tendência, com maior preponderância nas mulheres (52%) nas faixas etárias entre os 70 e 79 anos (Gráfico 1).

#### Evolução da utilização...

Com base nos dados de dispensa de medicamentos nas farmácias comunitárias, verifica-se que a utilização de medicamentos para o controlo da Diabetes Mellitus aumentou 44% entre 2009 e 2018.

O consumo aumentou de modo mais significativo na classe das insulinas (+72%), o que pode significar que existem mais diabéticos tipo 2 a ter necessidade de insulinoterapia. Este crescimento decorre essencialmente do aumento da utilização das insulinas de longa duração, em particular da Insulina Glargina.

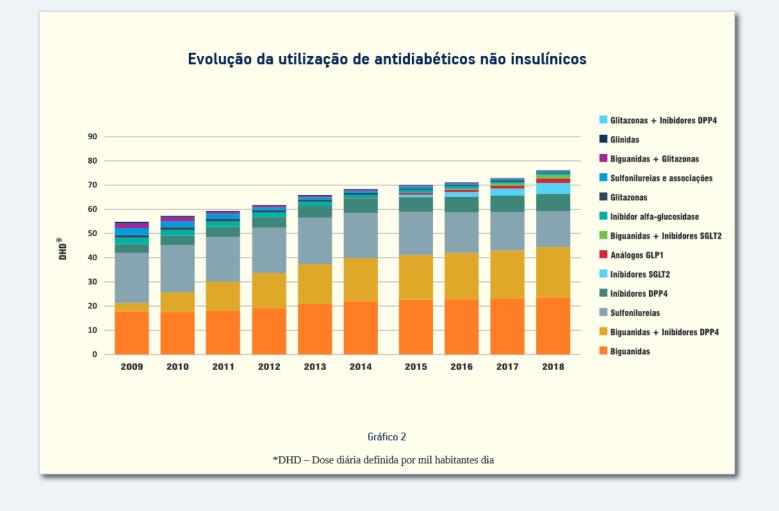
No que se refere à utilização de antidiabéticos não insulínicos, a utilização aumentou em 39% entre 2009 e 2018.

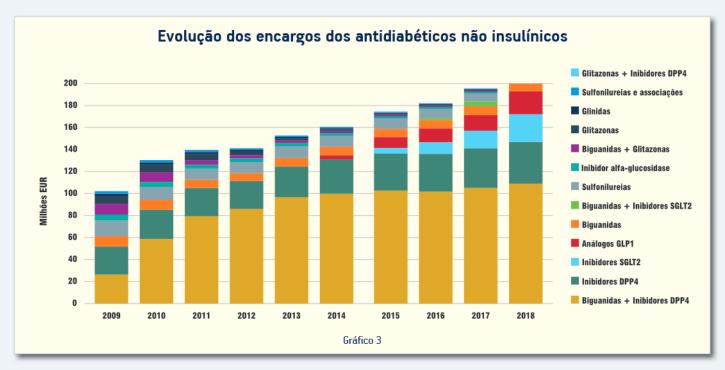
Com a introdução de novas classes terapêuticas de antidiabéticos não insulínicos observaram-se algumas alterações no padrão de prescrição, como se pode observar na Gráfico 2. Desde 2009 verifica-se um aumento muito significativo de inibidores das DPP 4, isolados ou em associação fixa. Já em 2014, observa-se um aumento da utilização de inibidores SGLT 2, com a comparticipação da Dapagliflozina e mais da tarde da Empagliflozina. Os dados refletem também um aumento da prescrição e utilização dos análogos GLP-1.

Ao invés, observa-se uma estabilização da utilização de metformina, o que não seria esperado considerando que é recomendada como 1.ª linha na abordagem farmacológica da DM tipo 2, quer nas *guidelines* nacionais quer nas internacionais (Gráfico 2).

### ... e dos encargos

Os encargos para o SNS passaram de 137,5 milhões de euros em 2009 para 291 milhões de euros em 2018, o que corresponde a cerca de 23% dos encargos do SNS com medicamentos dispensados em farmácia comunitária. Quanto às insulinas, o aumento da despesa foi também significativo, passando de 35 milhões de euros em 2009 para 70 milhões de euros em 2018, duplicando assim o valor dos encargos do SNS.





Ao analisarmos o Gráfico 3, verificamos que, no que se refere aos antidiabéticos não insulínicos com maior peso na despesa, para além das associações fixas de biguanidas com inibidores das DPP4, destacam-se também os inibidores da SGLT2 e análogos GLP1.

## Distribuição geográfica da utilização em 2018

Da distribuição gráfica observa-se uma maior utilização dos medicamentos antidiabéticos não insulínicos e insulínicos no interior, em particular no Norte, nomeadamente em Trás-os-Montes e Guarda e no Centro de Portugal, Évora e Santarém. Contudo, de acordo com a publicação "Retrato da Saúde em Portugal", a prevalência da Diabetes é superior na Região de Lisboa e Vale do Tejo e na região do Alentejo.

#### Conclusão

Pela análise destes dados verifica-se que a utilização destes medicamentos aumentou nos últimos 10 anos, decorrente de um maior número de doentes em tratamento, da introdução de novas classes terapêuticas, mas também de uma possível intensificação da terapêutica.

Para além do aumento do nível de utilização observa-se igualmente uma alteração do padrão de utilização com o consequente aumento de encargos para o SNS.

A análise permite também demonstrar algumas assimetrias entre as regiões de Portugal, que importa aprofundar pois podem resultar de diferenças na prevalência da Diabetes Mellitus mas também de diferenças na abordagem terapêutica.

Considera-se que existe em Portugal um potencial para uma utilização mais adequada dos medicamentos para o controlo da diabetes mellitus, pelo que é importante continuar a acompanhar esta área terapêutica e promover instrumentos de apoio com o objectivo de melhorar os resultados em saúde e uma gestão adequada dos recursos públicos.

